

## **Entre o Nacional e o Mundo: A Editoria Internacional como Fonte e Objeto da História Política Brasileira Contemporânea**

Rafael Henrique Antunes

Resumo: A presente comunicação enquadra-se no propósito de historicizar os expedientes jornalísticos da grande imprensa nacional tendo em vista um aspecto pouco estudado pela historiografia: a editoria internacional. Para tal se faz necessário remeter à história da imprensa nacional, de suas imbricações com o campo político, e ainda preocupar-se com o desenvolvimento de seus expedientes editoriais e jornalísticos em boa parte do século XX.

Em tal tarefa se faz necessário o entendimento do papel desempenhado pelas agências internacionais de notícias na constituição da editoria internacional enquanto um campo específico e da suma importância destas agências para os periódicos nacionais, como fornecedora de materiais que deram suporte ao desenvolvimento de novas técnicas gráficas e editoriais à mídia nacional. Também é relevante o papel desempenhado pelos correspondentes e enviados internacionais da mídia nacional, visto que seus expedientes colaboraram para a profissionalização e o fortalecimento desta editoria, oferecendo materiais jornalísticos que puderam criar um diferencial em relação aos despachos das agências noticiosas internacionais. Ademais, busca-se a compreensão dos motivos que levaram os órgãos midiáticos nacionais a utilizar o noticiário estrangeiro de forma que o mesmo não se resumisse à simples divulgação de fatos. Percebe-se com apoio da historiografia recente, que tal expediente pode ter tido, em momentos de repressão, função denunciativa dos arbítrios praticados pelos governos autoritários.

Os aportes teórico-metodológicos que servirão de guia a esta apresentação enquadram-se, principalmente, na utilização da mídia enquanto objeto próprio à pesquisa, conforme salientado por Busetto. Geralmente, o papel relegado à grande imprensa nos trabalhos acadêmicos ou livros que versem sobre o assunto tem sido o de situar este importante agente do campo político como fonte. A busca por métodos que tomem a mídia como objeto da história no âmbito do político, do social ou do cultural figuram como eixo do texto de Busetto, o qual defende a necessidade de se buscar a compreensão ampla e fértil da historicidade dos meios de comunicação social e seus produtos, da dinâmica encetada pela concorrência entre as diferentes mídias e a existente no âmbito de cada órgão midiático. Tais considerações são sobremaneira produtoras no entender da dinâmica das relações produzidas pela editoria internacional em seu campo de atuação e também de seus produtos imediatos, isto é, as notícias produzidas no estrangeiro.

Palavras-Chave: Imprensa; Editoria Internacional; Mídia e Política.

A presente comunicação tem por objetivo apresentar elementos da história de uma parte da imprensa nacional muito pouco estudada pela historiografia: a editoria internacional. Conhecimento histórico que têm servido de guia para o desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado intitulada “Pra não dizer que não se falou de flores: material jornalístico brasileiro sobre a Revolução dos Cravos e seus primeiros desdobramentos políticos, 1974-1976.”. Pesquisa que visa entender e compreender historicamente os expedientes empregados e o noticiário veiculado pelas editorias internacionais da grande imprensa nacional no início do processo de abertura do regime militar – conduzido pelo então presidente general Ernesto Geisel – com vista a burlar a censura e poder formar ou reforçar opiniões favoráveis ao fim de um regime de exceção, ou mesmo com o fito de colaborar com o avanço do processo de distensão política promovida pelo regime, uma vez que este encontrava resistência no seio do movimento militar, sobretudo dos grupos ligados à chamada “linha dura”. Para tanto, tem sido necessário promover um conhecimento histórico sobre a estrutura e dinâmica da grande imprensa brasileira, notadamente durante o século XX, privilegiando o papel desempenhado pela editoria internacional, além de conhecer as imbricações da grande imprensa com outros setores do campo da comunicação social ou demais domínios sociais.

Em qualquer reflexão histórica que leve em conta o jornalismo é necessário observar a evolução técnica. Porém, no caso do noticiário internacional estas evoluções são primordiais, pois os avanços tecnológicos – dentre os quais, o telégrafo pode ser considerado a pedra angular – foram fundamentais ao desenvolvimento da editoria internacional, essencialmente ocupada por notícias provenientes de terras distantes sendo, portanto dependente de uma rede mundial de comunicação eficiente e ágil. Uma das obras que consideram a importância de tal temática é a de João Batista Natali, um livro, voltado para estudantes e profissionais do campo jornalístico, mas que pode auxiliar a compreensão acerca do desenvolvimento da editoria internacional. Natali, ainda que de forma breve, oferece um panorama acerca dos primórdios do jornalismo, o qual pode ser considerado internacional, segundo o autor, desde o século XVI. Contrapondo-se à tese de Natali, Los Monteros atesta que o noticiário em seu primórdio tinha interesse pelos acontecimentos locais e sobre o que era de interesse das elites sociais. Para este autor, o foco no noticiário internacional irá surgir somente no século XIX, com o surgimento das agências de notícias internacionais. Natali, também destaca o século XIX, quando: “Na segunda metade do século, o trem e cabos de telégrafo foram instalados em toda direção (...) o impacto da rapidez na transmissão de informações e na distribuição de jornais e revistas foi proporcionalmente bem maior que o da computação e o da Internet no final do século XX<sup>1</sup>”.

Para Los Monteros os avanços tecnológicos também são de suma relevância para a mudança da imprensa de viés político e literário do século XIX para o jornalismo diário, com as grandes tiragens, o fortalecimento da figura do repórter e do conceito genérico de notícia e nota informativa.

Além da evolução tecnológica, o pesquisador ocupado com o tema noticiário internacional deve cuidar das condições de trabalho e do papel desempenhado pelos enviados especiais e correspondentes internacionais. Não se pode esquecer também das agências internacionais de notícias, cuja importância para o desenvolvimento do campo midiático nacional é geralmente desprezada.

O trabalho dos correspondentes internacionais tem espaço ainda incipiente na historiografia. No entanto, nos trabalhos da área da Comunicação Social tem havido maior espaço para discussões acerca dos expedientes profissionais destes jornalistas e alguma consideração acerca da historização desta profissão.

Hector Borrat identifica os correspondentes internacionais como “um tipo de jornalista profissional que se apresenta em agências de notícias, jornais, revistas e emissoras de rádio e de televisão; trabalha para qualquer uma destas organizações, de maneira permanente, fora da

sede central de sua redação, seja dentro ou fora do país. Envia informações, comenta acontecimentos e representa sua redação perante organizações de todo tipo. Pode pertencer ao quadro funcional de sua empresa ou atuar como um simples colaborador que cobra por trabalho” (apud Los Monteros, p. 52) sendo assim exigido um profissional muito gabaritado. Para Los Monteiro os primeiros enviados pela imprensa como correspondentes internacionais – William Howard Russell e John Reed seriam os precursores da profissão – atuando em momentos de conflitos, marcaram caminhos para esta categoria, que chegou, segundo o autor, a ser uma família peculiar do jornalismo, identificada por um afã migratório<sup>2</sup>. Pensando nos expedientes profissionais destes profissionais, Fritz Utzeri atesta que o correspondente deve traduzir a realidade do país no qual se encontra, e buscar o máximo possível de comparações para que os leitores identifiquem o que esta acontecendo em referência ao que estão acostumados a usar em seus países.

Denise Fernandes Brito, em obra que denota esta preocupação com o papel dos correspondentes e enviados especiais para no desenvolvimento de um jornalismo competente também se vale do papel do correspondente internacional na editoria internacional, utilizando-se de aportes teóricos provenientes de estudiosos da Comunicação, em contraponto a memórias de jornalistas que exerceram a profissão de correspondente ou enviado especial. No desenvolvimento recente deste campo profissional, muitas vezes preterido em função dos custos reduzidos que são proporcionados às empresas ao se contar com os despachos de uma agência noticiosa internacional, há a possibilidade de alguns profissionais em produzir seu diferencial justamente na distinção e combate à homogeneização das notícias, enriquecendo as reportagens com fontes variadas e assuntos inusitados e atrativos, que se afastem dos conteúdos dos noticiários das grandes agências.

Apesar de alguns bons trabalhos do campo da Comunicação, Edvaldo Correa Sotana nos parece ser o mais empenhado em historicizar esta atividade na imprensa brasileira, dando historicidade também à editoria internacional. O autor, ao registrar a ação dos correspondentes internacionais brasileiros no período posterior à Segunda Guerra Mundial, remete a história desta profissão no país elucidando que, entre fins do século XIX e início do XX, não havia tradição na imprensa nacional quanto à utilização destes profissionais. No decorrer da Primeira Guerra Mundial, a imprensa nacional também ficou alheia a tal preocupação profissional, utilizando majoritariamente despachos das agências internacionais para noticiar o desenrolar do conflito. Sotana demonstra que durante a Segunda Guerra Mundial os jornais brasileiros enviaram correspondentes ao campo de combate tendo, no entanto, aumento do contingente de repórteres somente após o ingresso efetivo do país na batalha. Acerca da cobertura neste período o autor destaca um processo que, geralmente, nutre particular interesse nos estudos históricos sobre a mídia: a relação com a censura. Fica perceptível que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão responsável pelo controle da informação no Estado Novo, censurou algumas matérias enviadas pelos correspondentes no decorrer do conflito, como as que versaram sobre o número de soldados brasileiros feridos, por exemplo.

A utilização dos correspondentes será escassa nas décadas de 1940 e 1950 e, ainda que com a pretensa organização dos jornais em bases empresariais na década de 1960, contando com a divisão de seus setores em editorias e maior profissionalização dos jornalistas, a quantia de correspondentes mantinha-se insignificante, devido à dificuldade financeira de se manter estes profissionais e também a disparidade na abrangência da cobertura dos correspondentes em comparação à das agências noticiosas. Além disso, pode-se destacar como fatores que contribuíram para que os jornais brasileiros adotassem maciçamente os despachos das agências internacionais em detrimento do uso de correspondentes a falta de tradição dos periódicos nacionais em manter este tipo de profissional atuando e, de maneira

particular neste período, a complexidade da conjuntura internacional do pós-guerra (SOTANA, 2009).

Portanto, outra preocupação que se deve ter para a correta historização de editorias internacionais é em relação ao tratamento histórico das agências noticiosas em termos de sua influência e de sua presença nas coberturas da imprensa brasileira. Analisando o noticiário atual podemos inferir que a importância destes órgãos para a editoria internacional de diversas mídias é ainda incontestável, justificando sua historização.

Através da bibliografia, consegue-se desvendar o desenvolvimento destes órgãos de considerável importância à circulação da informação, nascidos no segundo quarto do século XIX. Assim, sabe-se que surgiria na França a agência *Reuter-Hava*, em 1825, pioneira neste campo, posteriormente denominada *Havas*, e que seria a precursora da *Agence France-Presse* (AFP). O trabalho inicial desta resumia-se a tradução de informações publicadas no continente europeu para uso dos periódicos franceses, as quais eram majoritariamente econômicas. Em 1851, Paul Julius Reuter, alemão associado à *Havas*, centralizou em Londres a captação e transmissão das informações produzidas em solo europeu e, posteriormente, nos Estados Unidos, criando a agência que levaria seu nome, a *Reuters*. Em território americano, a iniciativa de criar um *pool* entre jornais de Nova York para coberturas internacionais dá origem, em 1846, a *Associated Press* (AP) que, transcorridos dez anos de sua criação, faria a primeira transmissão transatlântica através de cabo telegráfico<sup>3</sup>. Outra grande agência noticiosa norte-americana que até os dias presentes envia informações ao mundo é a *United Press Internacional* (UPI), fundada em 1958, quando da junção entre *United Press* e *International News Service*, fundadas em 1907 e 1909, respectivamente. A agência UPI rapidamente angariou seu espaço no mercado de informações mundial.

A ascensão e acuidade de tais agências internacionais de notícias têm, para Natali, ligação com seus países de origem, haja vista que no século XIX os países de origem destes órgãos ascendiam neste momento de industrialização e expansionismo. Assim:

“Na história do jornalismo, a ascensão da bandeira de determinada agência esteve estreitamente atrelada à bandeira do país em que ela instalou sua sede e no qual fincou seus interesses. A França, o Reino Unido e os Estados Unidos foram países em ascensão no momento em que a industrialização os projetava por suas ambições expansionistas e por seu poderio industrial e mercantil. E, também, pelo poderio de sua imprensa. Em outras palavras, a história do jornalismo internacional é de algum modo a história dos vencedores.” (NATALI, 2004, p.32)

Rossi (2000, p. 13.) circunscreveu o panorama da circulação mundial de informações no mesmo âmbito abarcado por Natali, ressaltando a expressiva participação das agências internacionais de notícias no mercado mundial, apontando a predominância da produção vinda dos países desenvolvidos:

“Os países desenvolvidos controlam praticamente o circuito mundial de notícias, através de cinco agências, editam 83% dos livros publicados no mundo, controlam as maiores agências de publicidade do mundo (sete são norte-americanas e três têm participação majoritária de capital norte-americano), produzem e exportam 77% de filmes para cinema – e assim por diante.”

Para Los Monteros, o jornalismo e as agências internacionais, como atividades econômicas do capitalismo, satisfizeram no início a necessidade de comunicação dos comerciantes e dos banqueiros que necessitavam se informar sobre preços de mercadorias. Nesse sentido podem ser consideradas com instrumento de viabilização econômica de determinadas classes sociais.

A discussão acerca do papel das agências também é enfatizada por Somavia, que destaca a atuação destas, propondo em sua abordagem maior autonomia da informação para os países latino-americanos, com conseqüente rompimento com as agências. Para o autor, os sistemas de comunicação estariam a favor de uma estrutura transnacional de poder, que favoreciam os países desenvolvidos. No que é denominado por Somavia sistema

transnacional de comunicações, estariam englobadas não só as agências noticiosas internacionais, como também empresas de publicidade, empresas radiofônicas e televisivas, indústria cinematográficas, dentre outras. A função primordial de tais empresas seria o controle da informação. Outra consideração do autor é sobre a nomenclatura utilizada para se referir a tais agências, uma vez que as considera transnacionais e não internacionais, haja vista que “operam cada uma a partir de sua matriz, situada em um país capitalista industrializado<sup>4</sup>”. O texto contribuiu para a formação da história da imprensa internacional, porém perde-se no apego ideológico do anti-imperialismo, propondo não somente uma análise, mas, sobretudo uma alternativa aos serviços das agências. Somavia preconizava um novo modelo de circulação da informação em que as notícias não deveriam ter uma concepção mercantil, mas, sobretudo, cumprir sua função de bem social.

Hohenberg salienta que no caso dos países de regime socialista as agências de notícias internacionais funcionaram ainda como órgãos de propaganda, além de agências noticiosas, pois frequentemente alteram as notícias a fim de adaptá-las aos objetivos nacionais, e chegam a omitir informações quando conveniente (HOHENBERG, 2005).

A crítica ao trabalho das agências noticiosas tem em Hohenberg uma abordagem diferente da proposta no texto de Somavia, visto que o primeiro enaltece que o controle pelas agências noticiosas sobre possíveis informações não apuradas é rígido, e se a grande imprensa mundial se municia somente com os despachos destas agências é de sua responsabilidade, uma vez que se trata de escolha visando diminuir os custos, porém gerando informação de qualidade inferior à produzida por um enviado especial (HOHENBERG, 2005).

A utilização dos despachos das agências internacionais de notícias pela mídia nacional tem início ainda no século XIX, quando da utilização de notas da *Reuter-Havas* pelo matutino carioca *Jornal do Comércio*, em 1874. Esta prática tornou-se usual no decorrer do século XX, com uma pequena, mas notável alteração: a entrada no mercado nacional de notícias de outras agências, como a *United Press Internacional*, com material pautado nos moldes do jornalismo norte-americano, supostamente mais preocupado com a transmissão do que com a do que com a interpretação da notícia (SOTANA, 2010, P.83). Ainda no início do século XX, a UPI também passa a distribuir notícias internacionais para grandes periódicos do eixo Rio-São Paulo, como *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*.

A despeito das críticas e busca de alternativas à atuação das empresas noticiosas internacionais, é inegável a parcela representada por estas no desenvolvimento da prática jornalística no Brasil, por colaborar no principiar e na consolidação da adoção do modelo imprensa-empresa, já que os jornais passaram a utilizar o noticiário internacional como forma de obter exclusividade na notícia e, conseqüentemente, maior público leitor. A utilização dos despachos das agências de notícias internacionais também colaborou diretamente para a alteração dos padrões gráficos da imprensa nacional, dado que as notícias internacionais passariam à primeira página dos periódicos.

A historiografia pode nos ajudar a perceber como, no decorrer da história da imprensa nacional, o noticiário estrangeiro marcou seu espaço de atuação, ora como estratégia empresarial, ora como alternativa a cerceamentos impostos pelos governos e talvez hoje, como espaço mantenedor de interesse do público pelo noticiário.

Sotana demonstra a evolução de periódicos nacionais nos transcorrer das décadas de 1940 e 1950, elucidando os motivos da definição das primeiras páginas como espaço às notícias internacionais. A mídia impressa brasileira, que nos seus primórdios atinha-se principalmente ao cenário nacional, beneficia-se do desenvolvimento técnico do início no início do século XX, com modernização dos transportes e do aparelhamento técnico para a produção do noticiário. O fazer jornalístico passa a ocupar-se paulatinamente com este noticiário no desenrolar da Primeira Guerra Mundial, onde as publicações periódicas relativas ao conflito passam a ser vistas como fonte de interesse jornalístico, e marcam a substituição

gradual dos assuntos nacionais para os internacionais. Sotana destaca, além da modernização técnica supracitada, outra motivação para a manutenção do noticiário estrangeiro nas primeiras páginas dos jornais brasileiros: a censura imposta aos órgãos de comunicação durante a ditadura varguista.

No transcorrer dos anos 1950 e 1960 a imprensa brasileira passa novamente por um período de transição. A adoção do modelo norte-americano de fazer jornalismo – em teoria, mais imparcial e menos opinativo – enquadra-se neste ambiente de relativa pacificação do cenário político nacional, tornando-se o modelo massivamente aceito. Eventos de grande repercussão nacional como o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e o fato de seu vice, João Goulart, só assumir depois de aceitar a adoção do regime parlamentarista contribuíram para tornar o jornalismo político o tema central da imprensa brasileira que, ao mesmo tempo, passava por mudanças estruturais, que faziam parte de um processo mais amplo de transformação do País, de agrário em urbano e de uma economia agrário-exportadora em industrializada<sup>5</sup>.

No curto período de regime republicano presidencialista que antecede a ascensão dos militares ao poder, com João Goulart no poder e todas as disputas políticas propostas ou abarcadas por este, diversos fatores corroboram para a manutenção do noticiário nacional na pauta principal dos jornais brasileiros, colocando em segundo plano o noticiário estrangeiro.

Com as manobras de Jango em favor das reformas de base, o crescente declínio econômico e latentes índices inflacionários, o prestígio do presidente se desgastou. E a grande imprensa teve papel preponderante neste contexto, com uma série de ataques ao presidente legalmente eleito. Em colunas diárias ou semanais, editoriais e em matérias assinadas ou não, a grande imprensa alardeou a massiva participação popular em movimentos como o da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Os periódicos de maior circulação no país – com raras exceções como no caso de *Última Hora* – passaram então a agir de maneira contundente no propósito de derrocar moralmente o presidente. Assim, em 31 de março do derradeiro ano de 1964, a *Folha de S. Paulo* alardeava: “Aquilo que os inimigos externos nunca conseguiram, começa a ser alcançado por elementos que atuam internamente, ou seja, dentro do próprio País”<sup>6</sup>.

A atuação tenaz dos órgãos de comunicação social neste efervescente campo político auxilia a compreender as motivações em se abandonar o expediente de utilização do noticiário internacional em suas primeiras páginas. Ademais, a transformação paulatina do modelo empresarial para o designado imprensa-empresa, com destaque para as modificações gráficas e estruturais nos matutinos *Última Hora* e *Jornal do Brasil*, auxiliou no desenvolvimento de um novo molde para a primeira página dos jornais brasileiros, transformando-as em uma “vitrine” do que seria abordado em suas subdivisões temáticas. Mesmo com tal alteração no expediente editorial, é perceptível como o noticiário internacional continuou a ser utilizado pelos órgãos midiáticos nacionais em sua divulgação diária, sobretudo em matérias sobre com forte apelo popular como as que abordaram pormenores da Guerra Fria ou a Guerra do Vietnã, por exemplo.

Com o golpe civil-militar em 1964 e o posterior recrudescimento do regime implantado pelos militares a imprensa nacional, em sua quase totalidade, irá modificar direta ou indiretamente sua atividade político-informacional, do apoio imediato ao movimento golpista para a crítica e oposição aos governos militares instituídos. Em boa parte dos anos 1970, já sob os arbítrios do Ato Institucional nº. 5, estabelecido em 13 de Dezembro de 1968, grande parcela da imprensa nacional passa a vivenciar duramente os abusos da censura. Em um ambiente obscuro, onde no campo político vemos um período que se inicia com uma brutal ditadura, com a adoção e sistematização de um sistema calcado na repressão e ainda com parte considerável da oposição vendo como única alternativa possível ao regime a opção

pela luta armada, é que a imprensa nacional irá procurar alternativas à atuação política que fora cerceada pelos militares, valendo-se de notícias internacionais, por exemplo.

A utilização de noticiário proveniente das agências internacionais ou produzidos por correspondentes e enviados especiais como forma de possibilitar a publicação do que era proibido falar sobre o país nem sempre foi possível. Almeida (2009) demonstra como a censura agiu sobre o semanário *Veja*, entre os anos de 1968 e 1976; em seu levantamento sobre as matérias censuradas é notável que assuntos pertencentes à editoria internacional também fossem censuradas, contabilizando um total vinte e duas matérias total ou parcialmente mutiladas.

Por outro lado, tal expediente pode ter sido utilizado pela imprensa nacional – em um período anterior ao do regime militar, mas também durante este – como demonstra Costa ao discutir a utilização do noticiário internacional no Brasil durante a Segunda Grande Guerra, analisando o periódico *O Estado de S. Paulo* (OESP) de forma a apreender a interpretação da elite paulista acerca dos anos conflituosos que compreendem a Segunda Guerra Mundial em solo europeu, tomando como fonte primordial o jornal. Compreendendo um período amplo, por meio do exame de quadros publicados no diário matutino paulista, Costa expõe como foi colocado em prática o recurso de oposição ao regime político adotado no país, o denominado Estado Novo, por meio do noticiário internacional. Ao tratar sobre os projetos e ligações políticas dos dirigentes do OESP, Costa demonstra que a utilização de notícias vindas do cenário internacional pode ter denotado uma intenção clara: uma alegoria com os rumos políticos do país, através do viés pedagógico de seu noticiário que procurava alertar o leitor para os problemas candentes do cenário internacional, mostrando que então existiam duas correntes políticas totalmente opostas: democracia e totalitarismo (COSTA, 2009.). O jornal, claro defensor dos ideais liberais, alertava seus leitores para o perigo dos totalitarismos de esquerda ou direita, em claro sinal de repúdio ao regime imposto por Getúlio Vargas. Tal atitude não escasseia nem mesmo quando da ocupação do periódico pelo Estado Novo, quando o mesmo passa a ser gerido por indicação do presidente por Abner Mourão, tornando-se porta-voz oficial do discricionário regime.

Durante os anos de vigência da censura no regime militar a inventividade dos jornalistas entrará na pauta. É neste período que serão publicados pelo *OESP* trechos de *Os Lusíadas* em substituição a chamada de outras matérias que haviam sido vetadas pela censura e que o semanário *Veja* irá gravar em suas páginas figuras de anjos e demônios, além de seqüências de páginas em branco, ambos com o intuito de publicar conteúdos simbólicos substitutivos em oposição à decisão dos órgãos da censura nacional de não publicação ou da publicação de matérias talhadas pelos censores.

Tal expediente que clarificava a oposição ao regime militar não foi prática aceita pela totalidade da imprensa nacional. Os jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, por exemplo, integram a parte da imprensa que, em certos períodos e por razões que somente por meio do entendimento dos meandros da política nacional pode-se compreender, estiveram mais afinados com o regime militar. O Grupo Folha, apesar da relativa independência financeira que conquistara por meio de suas evoluções gráficas e logísticas de décadas anteriores, tornar-se-ia colaborador do esquema repressivo da ditadura militar, enquanto órgão propagandista e também como colaborador direto de ações repressivas no pós-AI-5, como bem observou Beatriz Kushnir (2004, p.274). O conglomerado empresarial de Roberto Marinho do mesmo modo foi apoiador do regime militar em diversos períodos, devido, sobretudo a ligações escusas com empresas estrangeiras de mídia, recurso proibido constitucionalmente.

Os meios de comunicação social sofreram intervenção direta e indireta no decorrer do período em que o governo foi gerido pelos militares, de 1964 a 1985. Inserido no paradigma ideológico da segurança nacional, outro processo de intervenção na mídia nacional conviveu com a censura: a modernização técnica voltada para a integração nacional (ABREU, 2005.) A

criação de órgãos como a Empresa Brasileira de Telecomunicações, a Telebrás e o Ministério das Comunicações colaboraram com o propósito governista de mobilização nacional em torno do que pode ser definido como um projeto nacional de desenvolvimento. Ademais, parcela significativa dos recursos obtidos pelos empresários da mídia adveio de recursos governistas, derivados de empréstimos e financiamentos que viabilizaram a construção de novos prédios e a aquisição de maquinário mais atual. Os órgãos midiáticos também se beneficiaram da publicidade dos órgãos oficiais que, segundo Alzira Alves de Abreu, representava em torno de 30% das receitas das empresas de comunicação social, ocasionando intensa dependência financeira do Estado (ABREU, 2005. p. 54) e, conseqüentemente, reduzindo as possibilidades de criticar os arbítrios. A censura prévia aplacou-se na maior parte da mídia nacional como um dos mais ardilosos recursos do aparato repressivo militar, tendo sido legalmente instituída pelo Decreto-Lei nº 1.077, de 20 de maio de 1970. A aceitação da censura prévia, que culminaria com a adoção da auto-censura, permite vislumbrar esta dependência econômica a que a mídia nacional estava condicionada. É neste contexto de repressão e dependência com o Estado que muitos jornalistas e órgãos midiáticos irão buscar novamente no noticiário internacional uma alternativa para suas publicações.

Diversos órgãos midiáticos marcaram seu espaço no campo jornalístico nacional com uma atuação incisiva em favor do retorno das liberdades democráticas e do fim do arbítrio praticado pela censura e demais órgãos do sistema repressivo nacional. Em tal aspecto, merecem destaque os periódicos participantes da denominada imprensa alternativa, como o jornal *O Pasquim*, por exemplo. Jornalistas destes órgãos e também da grande imprensa passariam a adicionar em seus expedientes profissionais as charges de conteúdo político, as páginas e colunas opinativas, os comentários na área econômica, além do expediente que nos é mais caro, qual seja: a utilização com viés denunciativo, e por vezes irônico, dos conteúdos próprios à editoria internacional como possível crítica ao sistema coercitivo aqui estabelecido, que jamais permitiria críticas diretas.

Em 1974 o presidente Geisel já havia assumido o governo com uma proposta de distensão política. No entanto, a censura, um dos pilares de sustentação do regime, ainda não havia sido extinta. Assim, os expedientes do noticiário internacional voltariam à pauta da mídia nacional, com função semelhante a aquela utilizada pela mesma nos primórdios do século XX, durante o governo Vargas. Na década de 1970, no campo da comunicação social, a televisão já era o órgão com mais prestígio; e a maior rede brasileira de telecomunicação teve como expediente o uso do noticiário internacional como possibilidade de noticiar o que aqui era proibido. Exibido entre 03/04/1972 e 02/05/1975, o *Jornal Internacional* foi um telejornal semanal, com duração inicial de quinze minutos, posteriormente ampliados para vinte, dos quais um terço eram ocupados com o noticiário nacional e sendo o restante do programa preenchido com noticiário internacional, utilizando o material selecionado entre o que havia de melhor nas agências noticiosas como *CBS*, *Upitn* e *Visnews* e contando com grandes repórteres como Heron Domingues, Jorge Pontual, Sandra Passarinho e Armando Nogueira. Durante o período de censura imposta pelo regime militar, o *Jornal internacional* ocupava um papel importante na programação da *Rede Globo*. De acordo com a repórter Sandra Passarinho, o que não se podia falar no Brasil, porque estava censurado, procurava-se falar através dos assuntos internacionais, que cumpriam o papel de alertar o público<sup>7</sup>. Era uma forma de fazer com que as pessoas se sensibilizassem para o que estava acontecendo no país. O jornalista Jorge Pontual confirma que, naquela época, era difícil dar notícias nacionais: havia uma lista enviada pela censura pregada na parede, indicando sobre o que não se podia falar. Era através dessa lista que os jornalistas tomavam conhecimento do que estava acontecendo. Pontual lembra que, quando houve o golpe militar no Chile, entraram dois coronéis do SNI na redação, e todos foram interrogados<sup>8</sup>. Cabe ressaltar que, não obstante o apoio e as ligações da Rede Globo com o regime militar, diversos bens culturais produzidos

pela emissora foram censurados, sendo Roque Santeiro a primeira e única telenovela nacional a ser totalmente vetada pelos censores, o que corrobora com as reminiscências dos jornalistas.

No caso específico do *Jornal Internacional* é perceptível que os expedientes utilizados pelos funcionários e proprietários de órgãos midiáticos nacionais na editoria internacional podem ter corroborado para denunciar ou criticar características do regime militar em vigência no país.

Ao se historicizar a editoria internacional dos órgãos midiáticos nacionais, tomando-os como objeto e fonte de pesquisa, pretende-se sublinhar a utilização dos despachos das agências internacionais e das matérias remetidas pelos correspondentes e enviados internacionais enquanto categoria específica no jornalismo nacional. Como visto a utilização deste expediente jornalístico no transcorrer da história da imprensa nacional não foi despropositada. Assim sendo, torna-se passível de historização, tornando-se necessário trazer para o seio da historiografia as reflexões aqui envolvidas acerca das representações da imprensa sobre a política brasileira, no enredamento entre o jornalismo nacional e o internacional.

### **Referências Bibliográficas:**

ABREU, Alzira Alves de. *Sociologia, problemas e práticas*, N.º 8, 2005.

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob censura: 1968-1976*. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

BUSETTO, Áureo. *A Mídia Brasileira como Objeto da História Política: Perspectivas Teóricas e Fontes*. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. (Org.) *Dimensões da política na historiografia*. Campinas: Pontes Editores, 2008.

COSTA, Alexandre Andrade da. *Caleidoscópio Político: As representações do cenário internacional nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo (1938-1945)*. Tese. Assis, SP, 2009. 270f.

HOHENBERG, John. *Os Atacadistas de Notícias (Agências Internacionais de Notícias)*. In: ELHAJJI, Mohamed. *Jornalismo Internacional*. Apostila. PET-ECO, UFRJ, 2005.

LOS, MONTEROS, Guillermo García Espinosa de. *Jornalismo Internacional, Correspondentes e Testemunhos sobre o Exterior*. In: ELHAJJI, Mohamed. *Jornalismo Internacional*. Apostila. PET-ECO, UFRJ, 2005.

ROSSI, Clóvis. *A Batalha no Mundo (Fluxo de Informação e Pauta de Internacional)*. In: ELHAJJI, Mohamed. *Jornalismo Internacional*. Apostila. PET-ECO, UFRJ, 2005.

SOMAVÍA, Juan. *A estrutura transnacional de poder e a informação internacional*. In: WERTHEIN, Jorge. *Meios de Comunicação: Realidade e Mito*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

SOTANA, Edvaldo Correa. *A paz sob suspeita: representações jornalísticas sobre a manutenção da paz mundial, 1945-1953*. Tese. Assis, SP, 2010. 255f.

UTZERI, Fritz. *Do Outro Lado do Mundo (Trabalho do Correspondente Internacional)*. In: ELHAJJI, Mohamed. *Jornalismo Internacional*. Apostila. PET-ECO, UFRJ, 2005.

---

<sup>1</sup> NATALI, João Batista. *Jornalismo Internacional*. São Paulo: Contexto, 2004. Página 30.

<sup>2</sup> LOS MONTEROS, Guillermo G. Espinosa. *Jornalismo Internacional, Correspondentes e Testemunhos sobre o Exterior*. P. 50. In: ELHAJJI, Mohamed. *Jornalismo Internacional*. 2005.

<sup>3</sup> Embora usualmente haja a aceitação de que a criação da AP date de 1848, documentos recentemente encontrados podem corroborar que a criação desta agência ocorreu efetivamente dois anos antes. Ver: PYLE, Richard. 19th-century papers shed new light on origin of The Associated Press AP. [http://www.ap.org/pages/about/whatsnew/wn\\_013106a.html](http://www.ap.org/pages/about/whatsnew/wn_013106a.html). Acesso em 30 de junho de 2011.

<sup>4</sup> SOMAVIA, Juan. A estrutura transnacional de poder e a informação internacional. In: WERTHEIN, Jorge (org.). *Meios de Comunicação – Realidade e Mito*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. Página 133.

<sup>5</sup> *Imprensa Brasileira - dois séculos de história*. Produzido pela ANJ. Artigo disponível em: [http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianobrasil/arquivos-em-pdf/Imprensa\\_Brasileira\\_dois\\_seculos\\_de\\_historia.pdf](http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianobrasil/arquivos-em-pdf/Imprensa_Brasileira_dois_seculos_de_historia.pdf)

<sup>6</sup> *Folha de S. Paulo*, 31 de março de 1964.

<sup>7</sup> Entrevista da jornalista Sandra Passarinho e outros ao projeto *Memória Globo*, disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-236482,00.html>. Último acesso em 22 de Junho de 2011.

<sup>8</sup> Idem.